



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 20/12/2022

Justiça  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Salvino  
Novo  
para relatar.

Em 20/12/2022

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ  
Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER nº**

AO PROJETO DE LEI Nº. 180, 13 de dezembro de 2022, que:

*“Altera a Lei nº 5.673, de 1º de agosto de 2007, e da outras providências”.*

AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ  
RELATOR: DEP.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de proposição encaminhada através do ofício de nº 1.811/22-GP, que tem como objetivo de regulamentar a estrutura administrativa do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Piauí, onde foi aprovado a Resolução nº 25/2022, de 24 de novembro de 2022 em Sessão Plenária Ordinária.

O autor justificou que o referido projeto visa, dessa forma, melhorar a reestruturação administrativa, o desempenho das funções de gestão de pessoas, reforçando o estímulo do desenvolvimento de competências e prioriza o desempenho de suas atividades desta corte.

Em sua tramitação, o nobre parlamentar, Dep. Severo Eulálio, apresentou uma emenda modificativa e aditiva, que teve por finalidade atender à solicitação do próprio Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Dessa forma, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

Eis o relatório.



ESTADO DO PIAUÍ  
Assembleia Legislativa

## II – VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir o parecer por observância dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa.

A iniciativa da presente proposição ocorreu em consonância com a Constituição Federal de 88, quando esta assegura o poder de iniciativa de leis infraconstitucionais às Cortes de Contas no que concerne ao seu funcionamento, organização e estrutura, seguindo também o exemplo dos tribunais judiciais, nos termos do art. 73 da CF/88 e art. 88 da Constituição Estadual.

Nesse caso, afirmo não ter encontrado inobservância aos princípios constitucionais previstos a CF/88.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pela Presidente desta Corte de Contas, **no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade**, motivo pela qual, entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto, acatando a emenda modificativa e aditiva de nº 01/2022.**

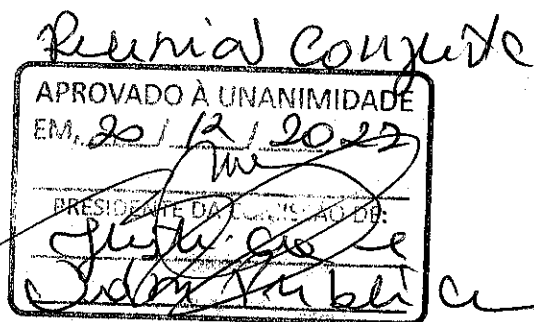
Este é o meu parecer.

## III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição ( )



SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 13 de dezembro de  
2022.

Félio Nogueira  
DEP.  
RELATOR

Comunicação ao Relator  
Acatado o parecer da Comissão de  
Justiça Dep B. Se -